Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada

(CNPJ nº 46.322.902/0001-45)
(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)
Demonstrações contábeis em
31 de janeiro de 2026
e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Cotistas e ao Administrador
Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("Classe"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de janeiro de 2026 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Classe em 31 de janeiro de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Classe, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

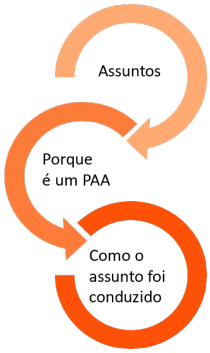
Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes Ltda.,
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º andar, partes 1 a 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

www.pwc.com.br

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Existência e mensuração dos direitos creditórios oriundos de debêntures (Notas 3(d) e 5)	
A carteira da Classe é composta, substancialmente, por direitos creditórios representados por debêntures privadas. A existência das debêntures é assegurada por meio de conciliações com as informações do órgão custodiante - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. As debêntures são precificadas com base em metodologia interna desenvolvida pelo administrador da Classe que considera as regras específicas de cada operação e o risco de crédito do emissor. Considerando a relevância dessas aplicações em relação ao patrimônio líquido da Classe e à consequente apuração do valor da cota, a existência e mensuração desses investimentos foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: Efetuamos testes quanto à existência dos investimentos em debêntures por meio do confronto das informações constantes na composição e diversificação da carteira da Classe com as informações do órgão custodiante. Testamos a precificação das debêntures tendo como base a metodologia interna desenvolvida pela administração que considera as regras específicas de cada operação e o risco de crédito do emissor, definido pelo administrador da Classe. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração quanto à existência e precificação desses investimentos são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Classe é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

aos fundos de investimento em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Classe continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A continuidade das operações de uma classe de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento da Classe.

Os responsáveis pela governança da Classe são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Classe.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Classe. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Classe a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Assinado por: MARCELO LUIS TEIXEIRA SANTOS:04280218757
CPF: 04280218757
Data/Hora da Assinatura: 30 April 2026 | 20:23 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
FADB81853F49488...

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.322.902/0001-45
(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)
CNPJ: 62.232.889/0001-90
(Gerido pela Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda.)
CNPJ: 38.347.420/0001-11

Demonstração da posição financeira
Em 31 de janeiro de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$)

		2026		2025	
Ativo	**Nota**	**Valor**	**% sobre o PL**	**Valor**	**% sobre o PL**
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**43**	**0,09**	**458**	**0,97**
Disponibilidades		**-**	**-**	**1**	**-**
Depósitos bancários - Banco Daycoval S.A. (*)	8	-	-	1	-
Cotas de fundo de investimento financeiro		**43**	**0,09**	**457**	**0,97**
Daycoval Títulos Públicos IV F.I.F.		43	0,09	457	0,97
Direitos creditórios	**5**	**48.150**	**100,17**	**47.386**	**100,07**
Com aquisição substancial dos riscos e benefícios		**48.150**	**100,17**	**47.386**	**100,07**
A vencer	5.3 / 5.4	48.150	100,17	47.386	100,07
Total do ativo		**48.193**	**100,26**	**47.844**	**101,04**
Passivo					
Valores a pagar		**124**	**0,26**	**491**	**1,04**
Demais valores		89	0,19	64	0,14
À sociedade gestora (*)	**8**	21	0,04	413	0,87
À sociedade administradora e custodiante (*)	**8**	14	0,03	14	0,03
Total do passivo		**124**	**0,26**	**491**	**1,04**
Patrimônio líquido	**11**	**48.069**	**100,00**	**47.353**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**48.193**	**100,26**	**47.844**	**101,04**

(*) Transações com partes relacionadas (conforme nota explicativa nº 8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.322.902/0001-45
(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)
CNPJ: 62.232.889/0001-90
(Gerido pela Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda.)
CNPJ: 38.347.420/0001-11

Demonstração do resultado
Para os exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2026	2025
Resultados		**1.196**	**12.275**
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	**5**	**781**	**11.901**
Resultado com direitos creditórios	5.4	781	11.901
Resultados diversos		**387**	**2**
Reversão de despesas		387	-
Ajuste de cotas		-	2
Cotas de fundos de investimento	**4**	**28**	**372**
Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro		28	372
Encargos		**(580)**	**(1.234)**
Despesas da Administração	**13**	**(416)**	**(893)**
Remuneração da Gestão	(c) e (d)	(248)	(725)
Remuneração da Administração	(a)	(120)	(120)
Remuneração da Controladoria	(b)	(48)	(48)
Despesas de serviços do sistema financeiro		**(136)**	**(157)**
Taxa de rebate		(106)	(122)
Taxa de fiscalização CVM		(14)	(12)
Taxa CETIP		(13)	(21)
Taxa ANBIMA		(3)	(2)
Despesas de serviços técnicos especializados		**(25)**	**(129)**
Auditoria externa		(25)	(50)
Consultoria jurídica		-	(79)
Despesas diversas		**(3)**	**-**
Outras despesas operacionais		(3)	-
Despesas de publicações		**-**	**(55)**
Publicações e correspondências		-	(55)
Resultado líquido do exercício pertencente aos detentores de cotas classificados no PL		**616**	**11.041**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.322.902/0001-45
(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)
CNPJ: 62.232.889/0001-90
(Gerido pela Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda.)
CNPJ: 38.347.420/0001-11

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto o valor unitário das cotas)

	Nota	2026	2025
Patrimônio líquido no início do exercício	**11**	**47.353**	**66.812**
Representado por 30.080,8645 cotas a R$ 1.574,1979 cada		47.353	-
Representado por 49.899,4322 cotas a R$ 1.338,9417 cada		-	66.812
Resultado líquido do exercício pertencente aos detentores de cotas classificados no PL		**616**	**11.041**
Cotas emitidas no exercício	**10**	**100**	**4.000**
63,2988 cotas	(a)	100	-
2.968,6241 cotas	(a)	-	4.000
Cotas resgatadas no exercício	**10**	**-**	**(34.500)**
22.787,1918 cotas	(b)	-	(34.500)
Acréscimo/decréscimo decorrente da movimentação de cotas		**100**	**(30.500)**
Patrimônio líquido no final do exercício	**11**	**48.069**	**47.353**
Representado por 30.144,1633 cotas a R$ 1.594,6214 cada		48.069	-
Representado por 30.080,8645 cotas a R$ 1.574,1979 cada		-	47.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.322.902/0001-45
(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)
CNPJ: 62.232.889/0001-90
(Gerido pela Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda.)
CNPJ: 38.347.420/0001-11

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto
Para os exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(+) Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro	**4**	28	372
(+) Recebimento de juros direitos creditórios	5.4	17	8.722
(+) Venda de direitos creditórios	5.4	-	41.482
(+) Recebimento de taxa de rebate		-	(164)
(-) Pagamento de despesa com serviços de consultoria jurídica		-	(79)
(-) Pagamento de despesas diversas		-	(13)
(-) Compra de direitos creditórios	5.4	-	(20.581)
(-) Pagamento de taxa ANBIMA		(3)	(3)
(-) Pagamento de taxa de fiscalização CVM		(14)	(13)
(-) Pagamento de taxa CETIP		(14)	(20)
(-) Pagamento de taxa de controladoria		(48)	(48)
(-) Pagamento de taxa de rebate		(109)	-
(-) Pagamento de taxa de administração		(120)	(120)
(-) Pagamento de taxa de gestão		(252)	(365)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(515)**	**29.170**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**10**		
(+) Subscrição de cotas	(a)	100	4.000
(-) Resgate de cotas	(b)	-	(34.500)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**100**	**(30.500)**
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**(415)**	**(1.330)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4**	458	1.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4**	43	458
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**(415)**	**(1.330)**
Reconciliação do resultado líquido com o caixa líquido das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		**616**	**11.041**
(Aumento)/redução de direitos creditórios		(764)	17.722
Redução de outros ativos		-	407
(Redução) de outros passivos		(367)	-
Caixa líquido das atividades operacionais		**(515)**	**29.170**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada
CNPJ: 46.322.902/0001-45
(Administrado pelo Banco Daycoval S.A.)
CNPJ: 62.232.889/0001-90
(Gerido pela Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda.)
CNPJ: 38.347.420/0001-11

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Para os exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais - R$, exceto o valor unitário de cotas ou quando especificado)

1. Contexto operacional

O Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("Fundo") foi constituído em 10 de junho de 2022, sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, e iniciou suas atividades em 21 de junho do mesmo ano, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a investidores qualificados ("investidores autorizados"), nos termos dos artigos 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, e alterações posteriores, especificamente fundos de investimentos geridos pela Verde Asset Management S.A., CNPJ nº 19.749.539/0001-76, e/ou por empresas a ela ligadas.

A Classe Única de Cotas do Bocaina VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada ("Classe") se enquadra na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM nº 175/22, com responsabilidade limitada dos cotistas e com classe única de cotas, constituída em regime aberto e destinada aos investidores autorizados, sendo vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio a qualquer subclasse de cotas.

A Classe tem como objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das suas cotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, nos direitos creditórios, não obstante a aplicação em ativos financeiros de liquidez, observada a política de investimento da Classe.

As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia do Administrador, do Custodiante, da Gestora, do Agente de Cobrança (se houver), do cedente (se houver) ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Não obstante a diligência do Administrador no gerenciamento dos recursos da Classe, não há garantia de eliminação dos riscos relacionados à Classe, notadamente do risco de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

A administração da Classe é realizada pelo Banco Daycoval S.A. ("Administrador") e a gestão da carteira da Classe é realizada pela Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Gestora").

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, que são definidas pela Instrução Normativa nº 489, de 14 de janeiro de 2011, pela Resolução CVM nº 175/22, a qual a Classe está adaptada desde 04 de setembro de 2024, e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

As demonstrações contábeis incluem, quando aplicável, estimativas e premissas na mensuração e avaliação dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira da Classe. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

Essas demonstrações contábeis, foram aprovadas pelo Administrador da Classe em 30 de abril de 2026, que autorizou sua divulgação.

3. Políticas contábeis

Entre as principais políticas contábeis adotadas destacam-se:

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Classe atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis e as respectivas notas estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Classe e, também, a sua moeda de apresentação.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e cotas de fundo de investimento financeiro, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerada imaterial.

(i) Disponibilidades

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

(ii) Cotas de fundos de investimento financeiro

As aplicações em cotas de fundos de investimento no Brasil são atualizadas com base no valor da cota divulgada, periodicamente, pelos administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de fundo de investimento financeiro estão apresentadas na demonstração do resultado do exercício na rubrica “Resultado com aplicação em cotas de fundo de investimento financeiro”.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

c) Instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Classe. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

▪ Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação;

▪ Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: essa categoria inclui ativos financeiros adquiridos com o objetivo de receber pagamentos de principal e juros, de acordo com o modelo de negócio adotado. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

d) Direitos creditórios

Os direitos creditórios são avaliados pelo seu valor de aquisição e subsequentemente avaliados ao valor justo, obtido utilizando as regras específicas de cálculo de cada operação, que considera o risco de crédito do emissor e com base nas melhores premissas e julgamentos da administração da Classe.

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

i. **Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios:** quando a Classe adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente; e

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios: quando a Classe não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade do Administrador que é estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição da Classe à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

O registro contábil deve ser feito em conta separada de acordo com a classificação do ativo. Para os casos em que a aquisição substancial dos riscos e benefícios sobre os direitos creditórios não puderem ser definidos objetivamente devem ser observados os seguintes procedimentos:

- Classificar no ativo as operações com aquisição substancial de riscos e benefícios, em conformidade com a natureza da operação original, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios transferidos para a Classe; e

- Classificar no ativo as operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios não transferidos para a Classe.

e) Outros ativos e passivos

Os valores a receber e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

f) Reconhecimento de receitas e despesas

O Administrador adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

4. Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de janeiro de 2026 e de 2025:

	2026		
Ativos - sem vencimento	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor justo**
Disponibilidades (*)	-	-	-
Cotas de fundo de investimento (**)	1,7061	25.108	43
Total		**25.108**	**43**

	2025		
Ativos - sem vencimento	**Valor unitário**	**Quantidade**	**Valor justo**
Disponibilidades (*)	-	-	1
Cotas de fundo de investimento (**)	1,4895	307.123	457
Total		**307.123**	**458**

(*) Em 31 de janeiro de 2026, a Classe não possui montante (R$ 1 em 2025) representado por depósitos à vista no Banco Daycoval S.A. (Administrador e Custodiante);
(**) Refere-se ao investimento no Daycoval Títulos Públicos IV Fundo de Investimento Financeiro inscrito no CNPJ/MF nº 36.771.728/0001-64. O investimento não possui prazo de carência para resgate e conversibilidade das cotas, tanto para aplicação quanto para resgate é imediata, ocorrendo a liquidação financeira no mesmo dia.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, as aplicações em cotas de fundo de investimento financeiro geraram um resultado positivo para a Classe no montante de R$ 28 (R$ 372 em 2025).

5. Direitos creditórios

A Classe adquiriu direitos creditórios registrando-os como sendo com aquisição substancial de riscos e benefícios. Tal definição está em consonância com o artigo 3º da Instrução CVM nº 489/11, onde a Classe adquire os riscos e benefícios da propriedade do direito de crédito objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

5.1 - Descrição das características dos direitos creditórios adquiridos pela Classe

Os direitos creditórios adquiridos pela Classe são representados preponderantemente por debêntures privadas e/ou de oferta pública, notas comerciais, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e cédulas de crédito bancário (“CCB”), bem como qualquer outro título representativo de crédito, observadas as disposições legais aplicáveis.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

É vedada a aquisição de direitos creditórios não-padronizados, conforme definidos no artigo 2º, *caput*, XIII, do Anexo Normativo II à Resolução CVM nº 175/22.

A cessão dos direitos creditórios à Classe é definitiva, irrevogável e irretratável e transfere à Classe todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos direitos creditórios cedidos, mantendo-se inalterados os demais elementos da relação obrigacional.

Tendo em vista que os direitos creditórios a serem adquiridos pela Classe poderão ser variados e de naturezas distintas, não é possível prever e, portanto, não está contida no regulamento a descrição dos processos de originação ou da política de concessão de crédito adotada pela Gestora quando da seleção dos direitos creditórios, tampouco os fatores de risco específicos associados a tais processos ou política. Cada cotista deverá atestar que está ciente e concorda com o disposto neste parágrafo, por meio da assinatura do termo de ciência de risco e de adesão ao regulamento.

5.2 - Critérios de elegibilidade e condições de cessão

A Classe somente poderá adquirir direitos creditórios que atendam aos seguintes critérios de elegibilidade, na respectiva data de aquisição e pagamento do respectivo direito creditório, a serem verificados pela Gestora: **(i)** deverão ser representados por debêntures de natureza privada ou objeto de oferta pública, notas comerciais, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e cédulas de crédito bancário (“CCB”), bem como qualquer outro título representativo de crédito, observadas as disposições legais aplicáveis; e **(ii)** deverão ser vinculados a sacados que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo.

O enquadramento dos direitos creditórios que a Classe pretenda adquirir aos critérios de elegibilidade será verificado pela Gestora na respectiva data de aquisição.

Observados os termos e condições do regulamento, a verificação pela Gestora do enquadramento dos direitos creditórios aos critérios de elegibilidade será considerada como definitiva.

O desenquadramento de qualquer direito creditório cedido com relação a qualquer critério de elegibilidade, por qualquer motivo, após a sua aquisição pela Classe, não obrigará a sua alienação pela Classe nem dará à Classe qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra os prestadores de serviços essenciais ou os demais prestadores de serviços.

5.3 - Composição dos direitos creditórios

Em 31 de janeiro de 2026 e de 2025, a Classe detém em sua carteira direitos creditórios registrando-os como sendo com aquisição substancial de riscos e benefícios, conforme apresentado abaixo:

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

- ***Faixas de vencimento***

	2026		
Direitos creditórios	**A vencer**	**Vencidos**	**Totais**
Acima de 1.080 dias	48.150	-	48.150
Total	**48.150**	**-**	**48.150**
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-
Direitos creditórios líquidos da provisão	**48.150**	**-**	**48.150**

	2025		
Direitos creditórios	**A vencer**	**Vencidos**	**Totais**
Acima de 1.080 dias	47.386	-	47.386
Total	**47.386**	**-**	**47.386**
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	-	-
Direitos creditórios líquidos da provisão	**47.386**	**-**	**47.386**

- ***Tipo de ativo***

	2026	Faixas de vencimento	
Tipo	**Valor justo**	**A vencer**	**Vencidos**
Debêntures	48.150	48.150	-
Total	**48.150**	**48.150**	**-**

	2025	Faixas de vencimento	
Tipo	**Valor justo**	**A vencer**	**Vencidos**
Debêntures	47.386	47.386	-
Total	**47.386**	**47.386**	**-**

Estrutura da emissão (GREL12)

Os direitos creditórios presentes na carteira da Classe são compostos substancialmente pelo investimento em debêntures da 2ª Emissão da Green Luce Soluções Energéticas S.A. (GREL12) ("Green Luce"), emitidas em setembro de 2022, com vencimento em junho de 2032 e remuneração de 100% do CDI acrescido de spread de 8,00% ao ano.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

A Green Luce é uma holding de participações em concessões de iluminação pública, sendo seu principal ativo uma participação na PPP de iluminação pública do Município do Rio de Janeiro, contrato de 20 anos firmado em 2020 e objeto de sucessivos reequilíbrios econômico-financeiros que ampliaram seu escopo e valor contratado.

Em função do estágio de maturação dos projetos investidos pela emissora, não houve distribuição de dividendos em volume suficiente para o cumprimento da primeira parcela de amortização ordinária da emissão. Diante desse contexto, a administração da Classe aplicou *haircut* sobre o valor do ativo, com adicionalmente suspensão do *accrual* de juros, resultando em ajuste superior a 25,0% sobre o valor de face na data-base de 31 de janeiro de 2026.

O *haircut* acima reflete a incerteza sobre o timing de normalização do fluxo de caixa do crédito. O valor econômico do ativo subjacente — a concessão de iluminação pública do Rio de Janeiro, com prazo remanescente até 2040 e contrato valorado em R$ 1,891 bilhão após o 4º Termo Aditivo celebrado em maio de 2025, entre outras participações acionarias em concessões de iluminação pública — suporta a expectativa de recuperabilidade do crédito.

5.4 - Movimentações dos direitos creditórios

As movimentações dos direitos creditórios ocorridas nos exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025, estão demonstradas abaixo:

Descrição	2026	2025
Saldo inicial	**47.386**	**65.108**
Aquisições	-	20.581
Vendas	-	(41.482)
Recebimentos de direitos creditórios	(17)	(8.722)
Resultado	781	11.901
Saldo final	**48.150**	**47.386**

5.5 - Taxas praticadas

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, as operações classificadas como com aquisição substancial de risco e benefícios tiveram as seguintes taxas de cessão praticadas:

Taxa mínima (% ao ano)	Taxa média (% ao ano)	Taxa máxima (% ao ano)
100% CDI + 6,50%	100% CDI + 7,35%	100% CDI + 7,45%

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

5.6 - Composição dos maiores devedores

Em 31 de janeiro de 2026, os 3 (três) devedores totais dos direitos creditórios da Classe estão assim representados:

	A vencer	
Devedor	**Saldo**	**% sobre PL**
1	27.454	57,12
2	13.341	27,75
3	7.355	15,30
Total	**48.150**	**100,17**

5.7 - Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de janeiro de 2026 e de 2025, o Administrador da Classe não realizou provisão para perdas por redução ao valor recuperável dos direitos creditórios.

5.8 - Enquadramento da carteira de direitos creditórios

O Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175/22, em seu artigo 44, determina que em até 180 dias do início de suas atividades, a Classe deve possuir parcela superior a 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido representada por direitos creditórios, sendo que a classe de investimento em cotas, quando existir, nesse mesmo prazo, deve possuir no mínimo 67% (sessenta e sete por cento) de seu patrimônio líquido representado por cotas de outros fundos de investimento em direitos creditórios. A parcela do patrimônio não investida em direitos creditórios ou cotas deve ser aplicada em ativos financeiros de liquidez, conforme definidos no artigo 2º, inciso II, do referido Normativo.

Em 31 de janeiro de 2026, a carteira de direitos creditórios da Classe representa 100,17% do seu patrimônio líquido, percentual este superior ao mínimo exigido.

5.9 - Garantias

Os direitos creditórios adquiridos pela Classe podem contar com garantias reais ou fidejussórias, prestadas pelos respectivos devedores ou por terceiros.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

6. Instrumentos financeiros derivativos

A Classe poderá realizar operações com derivativos exclusivamente com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*), ou, desde que não resulte em exposição ao risco de capital, conforme definida no inciso XXIV do art. 3º da parte geral da Resolução CVM nº 175/22. Inexistindo contraparte central, é vedado à Classe realizar operações com derivativos que tenham o Administrador, a Gestora, ou fundos de investimento por eles administrados e/ou carteiras por eles geridas como contraparte.

O Administrador, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos sofridos pelos cotistas em razão da utilização de operações de derivativos em conformidade com o disposto no regulamento.

Nos exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025, a Classe não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. Gerenciamento de riscos

Os bens e direitos integrantes da carteira da Classe, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas.

Mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para o cotista.

Abaixo estão indicados os principais riscos a que estão sujeitos os investimentos da Classe:

Risco de mercado: o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira da Classe está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho da Classe e, consequentemente, a rentabilidade das cotas.

Risco de crédito: o risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira da Classe e/ou das contrapartes da Classe em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento de tais devedores ou emissores, bem como alterações nas suas condições financeiras e/ou na percepção do mercado acerca de tais devedores e/ou emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

liquidez dos ativos desses devedores e/ou emissores, provocando perdas para a Classe e para os cotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos devedores e/ou emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira da Classe acarretará perdas para a Classe, podendo esta, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Investimento de baixa liquidez: os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, no caso da Classe, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como investidores autorizados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das cotas da Classe. Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. A baixa liquidez do investimento nas cotas pode implicar impossibilidade de venda das cotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos cotistas.

Risco de patrimônio negativo: os ativos da carteira da Classe, por sua própria natureza, conforme o caso, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas à Classe e aos cotistas. Na medida em que o valor do patrimônio líquido seja insuficiente para satisfazer as dívidas e demais obrigações da Classe, a insolvência da Classe poderá ser requerida judicialmente **(a)** por quaisquer credores da Classe, **(b)** por deliberação de assembleia de cotistas, nos termos do regulamento e do anexo descritivo correspondente, ou **(c)** pela CVM. Os prestadores de serviço da Classe, em especial o Administrador e a Gestora, não respondem por obrigações legais e contratuais assumidas pela Classe, tampouco por eventual patrimônio negativo decorrente dos investimentos realizados pela Classe. O regime de responsabilidade limitada dos cotistas e o regime de insolvência dos fundos são inovações legais recentes que ainda não foram sujeitas à revisão judicial. Caso **(i)** referidas inovações legais sejam alteradas; ou **(ii)** a Classe seja colocada em regime de insolvência, e a responsabilidade limitada dos cotistas seja questionada em juízo, os cotistas poderiam ser chamados a aportar recursos adicionais para fazer frente ao patrimônio líquido negativo, em valor superior ao valor das cotas por ele subscritas.

A íntegra dos fatores de risco atualizados a que a Classe e os cotistas estão sujeitos encontra-se descrita no regulamento da Classe, devendo os cotistas e os potenciais investidores ler atentamente o referido documento.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Classe é realizado pela Gestora, nos termos de sua política de gestão de riscos, e sua implementação é supervisionada pelo Administrador por meio de seus comitês internos.

8. Partes relacionadas

De acordo com o artigo 30 da Resolução CVM nº 181/23, caso a política de investimentos admita a aquisição de direitos creditórios originados ou cedidos pelo Administrador, Gestora, Consultoria Especializada (se houver) e suas partes relacionadas, o Custodiante contratado não pode ser parte relacionada à Gestora ou à Consultoria Especializada (se houver).

São consideradas partes relacionadas à Classe as seguintes entidades:

- **Empresas do Grupo Daycoval ("Administrador" e "Custodiante")**

Em 31 de janeiro de 2026, a Classe não possui montante depositado junto ao Banco Daycoval S.A., Administrador e Custodiante da Classe.

Em 31 de janeiro de 2026, a Classe possui o saldo a pagar de taxa de administração e controladoria, junto ao Banco Daycoval S.A., no montante de R$ 14. As despesas registradas nos exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025, a título de taxa de administração e controladoria, encontram-se divulgadas na nota explicativa nº 13.

- **Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Gestora")**

Em 31 de janeiro de 2026, a Classe possui o saldo a pagar de taxa de gestão, junto à Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda., no montante de R$ 21. A despesa registrada nos exercícios findos em 31 de janeiro de 2026 e de 2025, a título de taxa de gestão, encontra-se divulgada na nota explicativa nº 13.

9. *Rating*

O item V do artigo 13 do Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175/2022 estabelece que a contratação de agência classificadora de risco é obrigatória somente nos casos em que a subclasse de cotas seniores (se houver) seja distribuída ao público em geral. Para as demais hipóteses, essa contratação é facultativa. Por esse motivo, as cotas da Classe em questão não são avaliadas por agência classificadora de risco.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

10. Emissão, resgate e amortização de cotas

As cotas são escriturais e nominais e correspondem a frações ideais do patrimônio da Classe, observadas as características das cotas previstas no regulamento. O Custodiante é responsável pela inscrição do nome de cada cotista no registro de cotistas do Fundo.

As cotas são emitidas em classe única, sem subclasses, todas escriturais e mantidas em conta de depósito em nome dos cotistas pelo Administrador, na qualidade de Custodiante das cotas.

A responsabilidade dos cotistas é limitada ao valor das cotas por eles subscritas. Desse modo, os cotistas somente são obrigados a integralizar as cotas que efetivamente subscreverem, observadas as condições estabelecidas no regulamento e no respectivo boletim de subscrição. Caso não haja saldo de cotas subscrito e não integralizado ou compromisso de subscrição e integralização de novas cotas assumido contratualmente, de forma expressa e por escrito, pelos cotistas, os cotistas não são obrigados a realizar novos aportes de recursos na Classe, mesmo na hipótese de o patrimônio líquido ser negativo ou de a Classe não ter recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações, observadas as disposições da parte geral do regulamento.

Emissão de cotas

As cotas são emitidas por seu valor calculado na forma do regulamento, na data em que forem integralizadas pelos investidores (isto é, valor da cota para o dia útil em questão).

Tendo em vista que o Fundo é constituído na forma de condomínio aberto, a distribuição de suas cotas independe de prévio registro na CVM.

O cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo, declara estar ciente, dentre outras informações: **(a)** das disposições contidas no regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento e à taxa de administração cobrada pelo Administrador; **(b)** dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no regulamento; **(c)** da possibilidade de perdas decorrentes das características dos direitos creditórios integrantes e/ou que venham a integrar a carteira do Fundo; **(d)** da possibilidade de perda total do capital investido e da ausência de classificação de risco das cotas. O cotista ainda, por ocasião de seu ingresso no Fundo **(i)** receberá exemplar do regulamento vigente do Fundo, e **(ii)** assinará termo de adesão ao regulamento e ciência de risco.

O extrato da conta de depósito, emitido pelo Administrador, é o documento hábil para comprovar **(i)** a obrigação do Administrador, perante ao cotista, de cumprir as prescrições constantes do

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e **(ii)** a propriedade do número de cotas pertencentes a cada cotista.

A aplicação de recursos no Fundo somente será considerada realizada na data do recebimento efetivo da solicitação, o qual deverá ocorrer até às 16h00min. A solicitação de aplicação realizada após as 16h00min será considerada, automaticamente, como solicitada no primeiro dia útil subsequente ao do pedido.

Durante os exercícios findos em 31 de janeiro de 2025 e de 2026, houve a emissão e subscrição das seguintes cotas:

	2026		2025	
Subclasse	**Quantidade**	**Montante subscrito**	**Quantidade**	**Montante subscrito**
Única	63,2988	100	2.968,6241	4.000
Total	**63,2988**	**100**	**2.968,6241**	**4.000**

a) Resgate de cotas

A Classe é constituída em regime aberto, de modo que as cotas podem ser resgatadas de acordo com os procedimentos definidos no regulamento ou, ainda, em caso de liquidação da Classe.

As cotas podem ser resgatadas a qualquer tempo pelos cotistas.

O valor das cotas, para fins do seu resgate, será: **(i)** apurado na respectiva data de conversão (D+0); e **(ii)** o pagamento do resgate deverá ser efetuado no dia útil imediatamente subsequente à data da conversão (D+1).

Caso o Fundo não detenha recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate no prazo acima, a Gestora poderá realizar a entrega dos direitos creditórios e ativos financeiros de liquidez em pagamento aos cotistas para fins de pagamento de resgate de cotas, observado o disposto abaixo.

Na hipótese de fechamento dos mercados e em casos excepcionais de iliquidez dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira da Classe, o Administrador e a Gestora, de comum acordo, poderão declarar o fechamento da Classe para a realização de resgates.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

As cotas devem ser resgatadas, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação.

Durante o exercício findo em 31 de janeiro de 2026, não houve resgate de cotas. Durante o exercício findo em 31 de janeiro de 2025, houve resgate de cotas, conforme quadro abaixo:

	2025	
Subclasse	**Quantidade**	**Montante resgatado**
Única	(22.787,1918)	(34.500)
Total	**(22.787,19180**	**(34.500)**

11. Subclasses de cotas da Classe

O patrimônio da Classe é formado por uma única subclasse de cotas. As características e os direitos, assim como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das cotas encontram-se descritas na íntegra no regulamento da Classe.

Em 31 de janeiro de 2026, a Classe possui 30.144,1633 cotas (30.080,8645 em 2025), conforme demonstrado abaixo:

	2026		2025	
Subclasse	**Quantidade**	**Patrimônio líquido**	**Quantidade**	**Patrimônio líquido**
Única	30.144,1633	48.069	30.080,8645	47.353
Total	**30.144,1633**	**48.069**	**30.080,8645**	**47.353**

12. Prestadores de serviços e custódia dos títulos da carteira

a) Os serviços de administração, tesouraria, controladoria, distribuição e escrituração das cotas, são prestados pelo Banco Daycoval S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.793, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.232.889/0001-90, devidamente autorizada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 17.552 de 05 de dezembro de 2019 (“Administrador” e “Custodiante”).

b) Os serviços de gestão da carteira da Classe são prestados pela Bocaina Capital Gestora de Recursos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de gestão de

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

carteiras de valores mobiliários, na categoria de gestora de recursos, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 18.422, de 09 de fevereiro de 2021, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, conjunto 55, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ sob o nº 38.347.420/0001-11 ("Gestora").

c) As cotas do fundo de investimento administrado pelo mesmo Administrador estão custodiadas no Banco Daycoval S.A. e a documentação comprobatória dos direitos creditórios está sob responsabilidade do Custodiante da Classe.

13. Encargos da Classe

a) Taxa de administração

Pela prestação dos serviços de administração fiduciária do Fundo, a Classe paga ao Administrador a taxa de administração equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido, sendo que em qualquer caso, será observado um mínimo mensal, corrigido anualmente pelo IGP-M ou por outro índice que venha a substituí-lo, de **(i)** R$ 3,00 (três mil reais) nos primeiros 6 (seis) meses a contar da data de início do Fundo, **(ii)** R$ 7,00 (sete mil reais) entre o 7º (sétimo) e o 12º (décimo segundo) mês a contar da data de início do Fundo; e **(iii)** R$ 10,00 (dez mil reais) a partir do 13º (décimo terceiro) mês a contar da data de início do Fundo.

Os valores mensais mínimos previstos acima serão atualizados anualmente, a partir da data de início do Fundo, pela variação acumulada do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo.

As remunerações citadas acima são calculadas e provisionadas à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por dia útil, como despesa e são pagas pelo Fundo, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, a despesa de taxa de administração foi de R$ 120 (mesmo valor em 2025) e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Administração" na demonstração do resultado.

b) Taxa de controladoria

Pelos serviços de controladoria e custódia dos ativos integrantes da carteira, a Classe paga ao Custodiante a taxa de custódia correspondente ao montante anual máximo equivalente a 0,04% (quatro centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido da Classe, respeitado o mínimo mensal de: R$ 2,00 (dois mil reais) nos primeiros 6 (seis) meses; e R$ 4,00 (quatro mil reais) a partir do 7º (sétimo) mês, ambos a contar da data de início do fundo (inclusive).

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Os valores mensais mínimos previstos acima serão atualizados anualmente, a partir da data de início do Fundo, pela variação acumulada do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo.

As remunerações citadas acima são calculadas e provisionadas à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por dia útil, como despesa e são pagas pelo Fundo, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, a despesa de taxa de controladoria e custódia foi de R$ 48 (mesmo valor em 2025) e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Controladoria" na demonstração do resultado.

c) Taxa de gestão

Pela prestação dos serviços de gestão do Fundo, a Classe paga à Gestora a taxa de gestão, equivalente a 0,76% (setenta e seis centésimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido sem considerar a reserva de encargos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A remuneração citada acima é calculada e provisionada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por dia útil e como despesa, e é paga pelo Fundo, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, a despesa de taxa de gestão foi de R$ 248 (R$ 359 em 2025) e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Gestão" na demonstração do resultado.

d) Taxa de performance

Adicionalmente à taxa de gestão, a Gestora faz jus à taxa de performance equivalente a 15,00% do rendimento da cota que exceder a taxa CDI acrescida de 3,00% ao ano, a ser provisionada diariamente e paga anualmente no 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro de cada ano. Na ocorrência da liquidação da Classe, a taxa de performance será paga à Gestora, à época do recebimento dos referidos recursos pelo Fundo.

No exercício findo em 31 de janeiro de 2026, não houve despesa de taxa de performance registrada (R$ 366 em 2025) e encontra-se apresentada na rubrica de "Remuneração da Gestão" na demonstração do resultado.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

e) Demais taxas

Não serão devidas, pelos cotistas, taxas de ingresso e/ou de saída em razão, respectivamente, de aplicações de recursos na Classe e quando do resgate de suas cotas.

14. Evolução do valor da cota e rentabilidade

Data	Valor da cota	Rentabilidade da cota	*Benchmark*
	R$	%	
Exercício findo em 31 de janeiro de 2026	1.594,6214	1,30	100% CDI
Exercício findo em 31 de janeiro de 2025	1.574,1979	17,57	100% CDI

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, pela Gestora ou por qualquer mecanismo de seguro, ou ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

15. Tributação

a) Classe

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira da Classe não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

b) Cotistas

Imposto de Renda

Conforme art. 24 da Lei 14.754/2023, os rendimentos nas aplicações nos fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDC”) ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas na amortização ou no resgate de cotas dos fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates/amortizações ou incidências posteriores, na mesma Classe ou em outro fundo de investimento com a mesma classificação tributária e administrado pela mesma pessoa jurídica em que os cotistas possuam investimentos.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

Tributação Periódica ("come-cotas") - Lei 14.754/2023

A Lei 14.754/2023 excepcionou o FIDC da tributação periódica ("come-cotas"), desde que:

(i) Seja enquadrada como entidade de investimento; e

(ii) O FIDC possua em sua carteira 67% de direitos creditórios.

Alertamos que o conceito de direitos creditórios que deverá ser utilizado para fins de análise da incidência ou não do come cotas é aquele constante na Resolução CMN nº 5.111/2023 e não da norma regulatória emitida pela CVM.

Caberá ao Administrador garantir a classificação como entidade de investimento e manutenção dos limites da carteira em direitos creditórios.

IOF - (Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança do IOF. A alíquota do IOF será de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data da aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e/ou IOF.

Tributação na Aquisição Primária de Cotas de FIDC

Por meio do Decreto 12.499/2025, que inseriu o Art. 32-D no Decreto 6.306/2007- RIOF, restou estabelecido, a partir de junho/2025, a incidência do IOF à Alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento) sobre o valor de aquisição primária de cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios. A determinação é válida inclusive nas aquisições realizadas por instituições financeiras.

Exceção à regra, a referida tributação não se aplica a aquisição de cotas: **(i)** subscritas até 13 de junho de 2025; ou **(ii)** realizadas no mercado secundário.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

16. Política de divulgação das informações

O Administrador deve enviar o informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis no anexo A da Instrução Normativa CVM nº 489/11, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

O Administrador é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo à Classe, de modo a garantir a todos os condôminos acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

O Administrador deve, no prazo máximo de dez dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e dependências, informações sobre:

(i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
(ii) a rentabilidade da Classe, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
(iii) o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos da Classe, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais da Classe.

O Administrador disponibiliza aos cotistas, mensalmente, extrato de conta contendo o saldo e o valor das cotas no início e no final no período e a movimentação ocorrida ao longo do mesmo e rentabilidade da Classe auferido entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato.

17. Contingências

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais no exercício auditado, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra o Administrador da Classe.

Docusign Envelope ID: 959B5748-39FB-42C0-AA7C-0321D64AE4F1

18. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, registre-se que o Administrador, no exercício auditado, não contratou nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relacionados à esta Classe por ele administrado que não os serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis da Classe.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

* * *

Diego Scalet
Contador CRC - 1SP305097/O-3

Erick Warner de Carvalho
Diretor responsável